

3ª CÂMARA CRIMINAL GABINETE DO DES. GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS JÚNIOR
APELAÇÃO CRIMINAL nº 733-81.2017.8.10.0109 1º Apelante/2º Apelado:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO Promotor de justiça: RODRIGO
FREIRE WILTSHIRE DE CARVALHO 2º Apelante/1º Apelado: FRANCISCO DAS CHAGAS
BRASIL Advogados: ANTÔNIO HAROLDO FERNANDES DIAS II (OAB/MA Nº 8708) E
OTONIEL DOS SANTOS REGADAS DE CARVALHO (OAB/MA 8.740) 3º Apelados: ANTÔNIO
HENRIQUE MARQUES DE SOUSA, FELIPE SANTOS SILVA E FRANCISCO DE JESUS SILVA
Advogado: CAIO ALVES FIALHO (OAB/MA Nº 10.746) Relator: Desembargador
GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS JÚNIOR Revisora: Desembargadora SÔNIA MARIA
AMARAL FERNANDES RIBEIRO APELAÇÕES CRIMINAIS. FURTO QUALIFICADO PELO
CONCURSO DE PESSOAS, REPOUSO NOTURNO E DELITO DE EXPLOÇÃO. RECURSO
MINISTERIAL. INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA VIOLÊNCIA OU GRAVE AMEAÇA A
PESSOA. AFFECTIO SOCIETATIS CRIMINIS, ESTABILIDADE E PERMANÊNCIA DA
ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. AUTORIA E MATERIALIDADE
DEVIDAMENTE COMPROVADAS EM RELAÇÃO A SOMENTE DOIS ACUSADOS. FRAGILIDADE
PROBATÓRIA RELACIONADAS AOS DEMAIS RÉUS. IN DUBIO PRO REO. SENTENÇA
MANTIDA. RECURSOS DESPROVIDOS. I. Segundo o entendimento do Superior
Tribunal de Justiça, para a configuração do delito de roubo, é necessário
que a violência empregada seja direcionada à vítima, sendo certo que a
configuração do referido delito – na hipótese de violência dirigida ao
objeto – ocorre apenas se a violência repercutir na pessoa, impedindo-a de
oferecer resistência. II. Ausente qualquer elemento que possibilite a
conclusão de que houve violência ou grave ameaça, ainda que indireta, à
pessoa, não resta tipificado o delito de roubo. III. Demonstradas a
materialidade e autoria dos delitos constantes do art. 155, § 1º e § 4º, I
e IV e 251, § 2º, na forma do art. 70, todos do Código Penal, mediante
provas submetidas ao crivo do contraditório e da ampla defesa, escorreita
a desclassificação da conduta imputada ao acusado para o delito de furto
qualificado, pelo concurso de pessoas e repouso noturno IV. Inexistindo
arcabouço probatório com vistas à comprovação do affectio societatis
criminis, da estabilidade e permanência – elementos normativos do tipo
penal constante do art. 2º, § 2º, da Lei nº 12.850/2013 – não há que se
falar em caracterização do delito de organização criminosa. V. A
condenação exige prova beyond a reasonable doubt, de sorte que,
inexistente firme substrato condenatório, impõe-se a observância do
princípio in dubio pro reo, com a consequente manutenção da parte da
decisão que absolveu dois dos apelados das imputações constantes da peça
acusatória. VI. A mera alegação de que o depoimento do réu foi obtido
mediante tortura, sem a ratificação dessa circunstância por qualquer prova
concreta, não constitui motivação juridicamente válida para infirmar o
decreto condenatório questionado. VII. Apelações criminais conhecidas e
improvidas. São Luís/MA, data do sistema. GERVÁSIO Protásio dos SANTOS
Júnior Desembargador Relator (ApCrim 0000733-81.2017.8.10.0109, Rel.
Desembargador (a) GERVASIO PROTASIO DOS SANTOS JUNIOR, 3ª CÂMARA CRIMINAL,
DJe 22/11/2022)